

O maior problema de nossa dívida: opinião de um especialista.

Qualquer medida proposta pelo Fundo Monetário Internacional para o Brasil está prejudicada por um erro de base: a exigência de que o País transfira anualmente para o Exterior recursos equivalentes a 2% do seu Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, US\$ 6 bilhões só em 1984.

Essa é a opinião do economista e professor Paulo Nogueira Batista Júnior, do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, que disse ontem no Rio que o País atravessa uma fase em que aquela imposição provocaria extremas dificuldades, aumentando o desemprego e as pressões inflacionárias.

Para ele, existe um erro de concepção, que invalida o processo recomendado pelo FMI para que o Brasil consiga pagar a sua dívida externa. Pelas recomendações do Fundo, assinalou o economista, o Brasil será transformado em exportador de recursos reais para o Exterior, em parcelas substanciais. Trata-se, disse, de um ponto fraco e indefensável do acordo proposto pelo Fundo ao Brasil. O esquema deve ser diferente, porque o País não tem condições de fazer aquelas transferências, "tudo indicando que o Fundo não entende ou não quer entender a inexecutabilidade de tal exigência".

Nogueira Batista Júnior explicou que as transferências de recursos reais constituem o excesso do PIB sobre os gastos totais internos em consumo e investimentos. Com isso, o País estará gastando menos do que produz, transferindo-se essa diferença para o Exterior, com sérios danos para a sociedade brasileira, disse ele.

Aliás, observou o economista da FGV, a transferência de recursos reais já vinha sendo imposta ao País, como uma saída para pagar a sua dívida, em versões anteriores do acordo proposto pelo FMI e que agora se reitera. De acordo com o programa para 1984, haverá uma transferência de recursos reais para o Exterior, segundo Nogueira, duas vezes superior à que ocorrerá em 1983, esta da ordem de US\$ 3 bilhões. Se mantidos os atuais parâmetros do Fundo e dos bancos credores na atual década, o Brasil transferirá para o Exterior recursos reais correspondentes a 2% do seu PIB, explicou.

Já o coordenador de Pesquisas Aplicadas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Túlio Arvelo Duran, reconheceu que o ajustamento econômico proposto ao Brasil para renegociar a sua dívida é "bastante rígido" — disse ser difícil prever se tudo será cumprido, pois nas condições atuais do País, "só Deus sabe o que acontecerá amanhã".